









































92. Suponha que um servidor público tenha cometido erro na alimentação do sistema informatizado de distribuição de ações judiciais, o que levou a constar, equivocadamente, a existência de antecedente criminal para determinado cidadão. Essa situação gerou prejuízos concretos para o cidadão, que foi preterido em processo de seleção para emprego de vigilante e também obrigado a desocupar o quarto na pensão onde residia. Diante dessa situação, referido cidadão
- (A) possui direito de obter indenização do servidor pelos prejuízos suportados, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, em caráter subsidiário à responsabilidade objetiva do Estado.
  - (B) possui direito de obter do Estado a indenização pelos danos materiais e morais sofridos, condicionado à comprovação da culpa *in elegendo* ou *in vigilando* da Administração.
  - (C) poderá acionar judicial ou administrativamente o servidor que cometeu a falha, o qual possui responsabilidade objetiva pelos prejuízos comprovados.
  - (D) possui direito de ser indenizado pelo Estado pelos prejuízos decorrentes da conduta do servidor público, independentemente da comprovação de dolo ou culpa deste.
  - (E) poderá demandar, administrativa ou judicialmente, o Estado e o servidor, que possuem responsabilidade pelos danos causados por ação ou omissão, respondendo o Estado em caráter subsidiário em relação ao servidor.
93. O regime jurídico administrativo compreende um conjunto de prerrogativas e sujeições aplicáveis à Administração e expressa-se sob a forma de princípios informativos do Direito Público, bem como pelos poderes outorgados à Administração, entre os quais se insere o poder normativo, que
- (A) não se restringe ao poder regulamentar, abarcando também atos originários relativos a matéria de organização administrativa.
  - (B) permite a edição de atos discricionários, com base em critérios de conveniência e oportunidade e afasta a vinculação a requisitos formais.
  - (C) autoriza a Administração a impor limites às atividades privadas em prol do interesse público.
  - (D) é o instrumento pelo qual a Administração disciplina a execução da lei, editando normas que podem inovar em relação ao texto legal para a criação de obrigações aos administrados.
  - (E) compreende a aplicação de sanções àqueles ligados à Administração por vínculo funcional ou contratual.
94. As normas constitucionais que delineiam os contornos do regime jurídico dos servidores públicos preconizam a possibilidade de contratação sem prévio concurso público de provas e títulos para
- I. empregos públicos, em sociedades de economia mista e empresas públicas que atuem em regime de competição no mercado.
  - II. cargos em comissão, destinados exclusivamente a funções de chefia, direção e assessoramento.
  - III. contratações temporárias, limitadas a 20% do quadro permanente efetivo.
- Está correto as situações descritas APENAS em
- (A) III.
  - (B) I.
  - (C) I e II.
  - (D) II e III.
  - (E) II.
95. De acordo com as disposições da Lei federal nº 6.015/1973, e suas alterações, que disciplina os Registros Públicos
- (A) devem ser realizados independentemente do recolhimento de custas e emolumentos os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação.
  - (B) qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, devendo informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
  - (C) nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.
  - (D) a certidão será lavrada em inteiro teor, vedado resumo, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 dias úteis.
  - (E) quando houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, o Oficial mencionará tal alteração apenas se assim solicitado no pedido.
96. A denominada Administração pública indireta compreende, entre outras entidades,
- (A) concessionárias de serviços públicos, que exercem a descentralização de serviços por colaboração.
  - (B) empresas públicas, sendo a elas equiparadas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público.
  - (C) sociedades de economia mista, que podem ser prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica.
  - (D) organizações sociais que celebrem contratos de gestão com a Administração direta.
  - (E) autarquias, sujeitas ao regime jurídico de direito privado, salvo em matéria de pessoal.
97. Suponha que em determinada rodovia estadual, objeto de concessão, o reajuste de pedágio, aplicado em conformidade com o regramento estabelecido no contrato de concessão, tenha causado forte insatisfação da população, que passou a exigir do Poder Concedente a revogação do aumento. O Poder Concedente, pretendendo acolher o pleito da população, poderá, com base na legislação que rege a matéria,
- (A) retomar o serviço por motivo de interesse público, mediante encampação, condicionada a autorização legislativa específica e após prévio pagamento da indenização prevista legalmente.
  - (B) reduzir unilateralmente o valor do pedágio, estando a concessionária obrigada a suportar a redução da receita tarifária, por se tratar de fato do príncipe.
  - (C) retomar a rodovia, mediante declaração de caducidade da concessão, indenizando a concessionária pelos investimentos não amortizados.
  - (D) decretar a intervenção na concessão, indenizando a concessionária pelos lucros cessantes correspondentes ao prazo restante da concessão.
  - (E) alterar a equação econômico-financeira do contrato, concedendo subsídio à concessionária para compensar a redução da receita tarifária.

**Direito Agrário**

98. Antonio é proprietário de um imóvel urbano, mas ganha a vida como agricultor familiar em um imóvel rural de 30 hectares. Todos os dias, dirige-se, com sua família, a este imóvel rural para cultivá-lo e com isto garantir o sustento de todos. Antonio ajuizou ação pretendendo adquirir a propriedade do imóvel rural comprovando que exerce posse, sem oposição, com *animus domini*, por cinco anos ininterruptos. A ação deverá ser

- (A) extinta, sem resolução de mérito, diante da ilegitimidade de parte no polo ativo.
- (B) julgada procedente.
- (C) julgada improcedente.
- (D) julgada parcialmente procedente.
- (E) extinta, sem resolução de mérito, diante da impossibilidade jurídica do pedido.

99. Joaquim é proprietário de um imóvel rural cortado por diversos cursos d'água com 150 hectares integralmente utilizados para o plantio de soja. Joaquim ganhou prêmio de produtor rural do ano, diante da alta produtividade de seu imóvel rural. Segundo a Constituição da República, seu imóvel rural

- (A) cumpre com sua função social, visto que contribui de forma expressiva para o desenvolvimento econômico da região.
- (B) cumpre sua função social, diante de sua alta produtividade.
- (C) cumpre sua função social, uma vez que se trata de uma propriedade com uso econômico.
- (D) não cumpre com sua função social, diante da ausência de preservação do meio ambiente.
- (E) não cumpre com sua função social, visto que seu aproveitamento, sob o ponto de vista econômico, não é racional e adequado.

100. A destinação de terras devolutas

- (A) com mais de 2.500 hectares será feita a qualquer pessoa, independentemente de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- (B) será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.
- (C) poderá ser compatibilizada com o plano municipal de reforma agrária.
- (D) não necessita ser compatibilizada com a política agrícola, pois está vinculada ao plano nacional de reforma agrária.
- (E) seguirá a ordem cronológica de inscrição dos Municípios.